

26° EDIÇÃO
MINIONU



LATIN AMERICA
LATIN AMERICA

DRUG TRAFFICKING ROUTES

CÚPULA DAS AMÉRICAS (2025)

POR DENTRO DA GUERRA CONTRA O NARCOTRÁFICO

GUIA DE ESTUDOS

DIRETORA
ISADORA VILAS

DIRETORAS ASSISTENTES
BEATRIZ SANTOS
LUIZA FREITAS

11 A 14 DE OUTUBRO DE 2025

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DA EQUIPE.....	3
1.1 Diretora – Isadora Cardoso Vilas Boas Maia	3
1.2 Diretora Assistente - Beatriz Santos Silva	4
1.3 Diretora Assistente - Luiza Freitas Rodrigues.....	4
2. APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	6
2.1. As origens na região.....	6
2.2. Principais produtores.....	8
2.3. Principais mercados consumidores	10
2.4. O Narcotráfico	12
2.5 O debate proposto.....	14
3. APRESENTAÇÃO DO COMITÊ	15
4. PRINCIPAIS POSICIONAMENTOS DO COMITÊ	16
4.1. Países latino americanos.....	16
4.2. Principais mercados consumidores.....	16
4.3. Organizações Internacionais	17
4.4. Países de rota	17
5. QUESTÕES RELEVANTES PARA O DEBATE.....	21
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22
7. ANEXO 1 – TABELA DE DESIGNAÇÕES.....	23

1. Apresentação da Equipe

1.1. Diretora – Isadora Cardoso Vilas Boas Maia

Prezados delegados, é com imenso prazer e entusiasmo que dou as boas-vindas a todos vocês ao nosso comitê e à 26ª edição do MINIONU. Meu nome é Isadora, sou a diretora da Cúpula das Américas (2025) e estou extremamente feliz por acompanhá-los nessa jornada tão enriquecedora. Tenho 23 anos, sou natural de Visconde do Rio Branco, uma pequena cidade do interior de Minas Gerais, e atualmente moro em Belo Horizonte. Curso o 6º período de Relações Internacionais na PUC Minas, no campus Coração Eucarístico, onde, inclusive, acontecerá nossa simulação.

Meu primeiro contato com simulações da ONU aconteceu em 2018, durante um intercâmbio estudantil no México. Desde então, esse universo me cativou profundamente. A vivência nas simulações foi essencial para a escolha do meu curso e contribuiu significativamente para meu crescimento pessoal, acadêmico e profissional. Em 2023, tive a honra de ser voluntária interna da OMS no MINIONU e, em 2024, retornei como diretora assistente na Cúpula do Futuro. Em cada edição, construí laços, memórias e aprendizados que levarei para toda a vida.

Contribuir para a realização de mais uma edição do MINIONU é, para mim, um verdadeiro privilégio. Esta simulação tem um compromisso com a transformação, e todo aquele que se entrega ao projeto com o coração aberto acaba sendo transformado por ele. Durante esses quatro dias, vamos exercitar a empatia, a cooperação e a escuta ativa, além de ampliar nossa compreensão sobre os desafios do cenário internacional. Estarei ao lado de vocês para garantir que vivenciem a melhor experiência possível.

No nosso comitê, mergulharemos nos bastidores políticos e sociais das Américas para discutir um dos temas mais complexos e urgentes da atualidade: o narcotráfico. Analisaremos suas ramificações que vão muito além do tráfico em si e que impactam diretamente áreas como saúde pública, economia, segurança, geopolítica, justiça e direitos humanos. Nosso foco estará voltado especialmente à América Latina, e abordaremos questões como políticas de repressão, descriminalização, legalização controlada e redução de danos. Mais do que debater, vamos refletir criticamente e propor caminhos possíveis.

Felizmente, esse tema tem ganhado cada vez mais espaço na agenda pública, e é visível o engajamento da geração de vocês diante de causas tão urgentes e reais. Essa consciência me inspira e me deixa confiante de que estamos construindo, juntos, um futuro mais justo e consciente.

Sintam-se à vontade para me contatar por e-mail ou Instagram caso tenham dúvidas ou precisem de auxílio sobre os temas abordados. Todo o material foi preparado com muito carinho e dedicação para construirmos um debate produtivo e engajador. Desejo a todos que essa 26ª edição seja proveitosa e repleta de aprendizados memoráveis. Bons estudos e estou ansiosa para vê-los presencialmente.

1.2. Diretora Assistente – Beatriz Santos Silva

Sejam muito bem-vindos, delegados e delegadas da Cúpula das Américas (2025) à 26ª edição do MINIONU! Meu nome é Beatriz, sou diretora assistente do comitê e é com muito orgulho que acompanho vocês nessa jornada incrível. Fico muito realizada de poder fazer parte dessa experiência e construir esse espaço junto de vocês, delegados, e do restante da equipe que faz esse evento possível.

Nasci e cresci em Belo Horizonte, mas toda a minha família vem de uma cidade na região metropolitana chamada Jaboticatubas, onde passo grande parte do meu tempo. Tenho 19 anos e estou cursando o 3º período de Relações Internacionais na Puc Minas campus Coração Eucarístico, mas minha jornada com o MINIONU começou quando eu ainda estava no 1º semestre. Logo quando entrei no curso, pude participar da 25ª edição como voluntária da OEA (2024), que tratava das violações aos direitos humanos dentro do sistema carcerário e foi uma das experiências mais engrandecedoras da minha vida, tanto acadêmica quanto pessoal. Participar da organização dos debates e ajudar a construir um ambiente acolhedor e instigante para os estudantes não tem preço.

Meu fascínio pela história latina nasceu na escola, onde tive contato próximo com a vivência sul-americana e pude estudar e experimentar muito da cultura latina, principalmente a dos países hispânicos. Infelizmente, essa não é uma oportunidade que a maioria dos estudantes recebe em sua trajetória educacional e é por esse motivo que acho tão importante e engrandecedor que o foco das discussões do comitê seja nos países latino-americanos. Construir um espaço de debate e diálogo que foca em comunidades que são geralmente invisibilizadas e negligenciadas tanto pela mídia quanto por grandes organizações é uma ótima maneira de expandirmos os nossos horizontes, trazendo à luz questões que devem ser mais abordadas. Nesse sentido, o narcotráfico surge como um tema atual e urgente, que para além de representar uma ameaça à estabilidade política e econômica, afeta milhares de famílias em situação de vulnerabilidade. Pessoas reais e comuns, que são prejudicadas pelos efeitos que o crime gera na saúde, segurança e bem-estar.

O objetivo agora é transmitir para vocês a mesma paixão e o mesmo entusiasmo que todos nós da equipe sentimos durante a elaboração do comitê, desde a escrita e revisão dos

materiais até os treinamentos de simulação. A Cúpula ocupa um lugar muito especial no meu coração desde quando ainda era um projeto. Antes mesmo de serem anunciados os temas discutidos nessa edição já existia muito carinho e muita dedicação envolvidos em sua elaboração. Mal posso esperar para conhecer todos vocês em outubro e criar uma simulação incrível!

1.3. Diretora Assistente – Luiza Freitas Rodrigues

Boas-vindas aos delegados da 26ª edição do MINIONU do comitê Cúpula das Américas: por dentro da guerra contra o Narcotráfico! Meu nome é Luiza, sou diretora assistente do comitê e estou muito empolgada em acompanhar de perto essa experiência que, com certeza, será rica em aprendizados, reflexões e trocas valiosas.

Venho de Ipatinga, localizada na região do Vale do Aço, e me mudei para Belo Horizonte para cursar Relações Internacionais em 2022. Tenho 21 anos e curso o 7º período no campus Praça da Liberdade/Lourdes.

Meu primeiro contato com simulações da ONU aconteceu esse ano, mas sempre tive interesse em fazer parte por gostar muito de geopolítica e de escrever. Acabei fazendo parte do projeto de extensão da PUC chamado conjuntura internacional em 2022, onde escrevi dois artigos relacionados às atualidades da época, como a copa do mundo do Catar e a visita de Nancy Pelosi a Taiwan. Estou muito ansiosa para participar da MINI ONU pela primeira vez e muito feliz de estar fazendo parte de um comitê com um assunto muito atual e extremamente interessante.

Participar da comissão da MINIONU pela primeira vez e ainda como diretora assistente é muito entusiasmante, mas ao mesmo tempo sei da responsabilidade que vem juntamente com este cargo. A simulação é muito mais do que apenas um projeto de extensão acadêmico, é uma oportunidade de crescer tanto no âmbito pessoal quanto profissional, onde aprenderemos a trabalhar em equipe e dialogar com respeito.

O narcotráfico é um tema extremamente necessário no mundo atual. No nosso comitê, vocês vão analisar o quanto ele está expandindo rapidamente pelo mundo e impactando todos os âmbitos existente (sociais, ambientais, políticos, etc), impactando famílias de todo o mundo e mudando a dinâmica da geopolítica existente, visto o espaço que ele está ganhando na sociedade e se mostrando a luz do dia. Mais do que discutir e achar uma saída para o tema, vamos instigar vocês a tentar refletir sobre o tema para criar consciência de que precisamos mudar a realidade para construir um mundo mais justo e com menos violência.

Elaboramos todo o material com muita atenção e entrega, estou sempre a disposição pro que vocês precisarem! Essa edição vai ser muito especial com vocês nela, boa volta às aulas pra vocês e nos vemos em outubro!

2. APRESENTAÇÃO DO TEMA

2.1. As origens na região

A economia ilegal das drogas na América Latina tem raízes estruturais profundas, relacionadas a fatores históricos, políticos, institucionais e econômicos. De acordo com Francisco E. Thoumi (2003), o surgimento do narcotráfico na região andina não pode ser compreendido de forma isolada, mas como parte de um conjunto de processos históricos que moldaram as economias e os Estados latino-americanos ao longo do século XX.

O autor argumenta que, nas décadas de 1940 e 1950, o cultivo de plantas como a coca e a maconha passou a se expandir de maneira mais expressiva, impulsionado por uma crescente demanda internacional, especialmente proveniente dos Estados Unidos. Esse fenômeno foi favorecido por condições estruturais específicas da América Latina, como a existência de vastas áreas rurais com baixa presença estatal, altos índices de pobreza e exclusão social, além de instituições frágeis e suscetíveis à corrupção (THOUMI, 2003).

Esse aumento na demanda internacional, observado a partir da década de 1940, foi particularmente evidente nos Estados Unidos, que assumiram um papel central na configuração do mercado global de entorpecentes no pós-Segunda Guerra Mundial. Segundo Thoumi (2003), o consumo de substâncias como maconha, cocaína e heroína cresceu consideravelmente nesse período, impulsionado por transformações socioculturais e pelos efeitos diretos da guerra. O retorno de soldados norte-americanos — muitos dos quais haviam tido contato com narcóticos durante o conflito —, bem como o acelerado processo de urbanização no pós-guerra, contribuíram para a difusão do uso recreativo de drogas. Além disso, "as redes de tráfico passaram a se reestruturar para atender esse novo mercado urbano emergente" (THOUMI, 2003, p. 52).

A América Latina, em especial a região andina — composta por países como Colômbia, Peru e Bolívia — reúne uma série de condições naturais, econômicas e institucionais que historicamente favoreceram o cultivo de plantas psicoativas, como a *Erythroxylum coca* (planta da qual se extrai a cocaína) e a *Cannabis sativa* (maconha). Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas da UNODC (2022), a geografia da região andina é particularmente propícia ao cultivo da folha de coca. As condições climáticas estáveis, com temperaturas amenas, solos férteis e altitudes elevadas, criam um ambiente ideal para o crescimento da

planta ao longo de todo o ano, ao contrário de regiões temperadas, onde as plantações estão sujeitas à sazonalidade (UNODC, 2022).

Além dos aspectos geográficos, Francisco Thoumi (2003) argumenta que a presença histórica da cultura da coca entre as comunidades indígenas também contribuiu para a expansão do cultivo. Embora o uso tradicional da coca tenha raízes culturais e medicinais milenares, a partir do século XX a planta passou a ser integrada a uma economia ilícita, à medida que o mercado internacional pela cocaína crescia. O autor destaca que “as regiões que historicamente cultivavam a coca tradicional tornaram-se, sem planejamento formal, fornecedoras globais de matéria-prima para a cocaína” (THOUMI, 2003, p. 38).

A consolidação do tráfico internacional de drogas em larga escala na América Latina ocorreu a partir da década de 1970, impulsionada pela queda dos preços internacionais de produtos agrícolas tropicais como café, algodão e cacau. Esse colapso nas rendas rurais levou muitos camponeses, especialmente nas regiões andinas, a substituir seus cultivos tradicionais pelo plantio de coca e cannabis, dada a maior rentabilidade oferecida pelo narcotráfico. Nas décadas seguintes, a produção de drogas ilícitas atingiu seu auge, com vastas áreas agrícolas destinadas a essa atividade, muitas vezes sob o controle de grupos armados ilegais e com a conivência (ou ineficácia) do Estado.

Na década de 1980, a produção de entorpecentes havia alcançado uma escala sem precedentes, com vastas áreas agrícolas destinadas ao narcotráfico. Segundo a UNODC (2010), essa foi a década de auge da cocaína sul-americana, impulsionada por redes sofisticadas de tráfico que conectavam os Andes aos mercados consumidores dos Estados Unidos e da Europa.

Além da crise agrícola e da ausência de políticas públicas efetivas, as condições climáticas favoráveis da região continuaram a impulsionar a produção. A coca, em especial, adaptava-se bem a zonas montanhosas e úmidas, como as encontradas no sul da Colômbia, nos vales peruanos do Huallaga e Apurímac, e em regiões tropicais da Bolívia. Essa combinação de geografia, clima e contexto socioeconômico consolidou o narcotráfico como uma atividade econômica predominante, especialmente nas zonas rurais mais abandonadas pelo Estado (BAGLEY, 2012).

Segundo Thoumi (2003), a consolidação da economia das drogas se deu principalmente a partir dos anos 1970, quando a proibição e repressão ao uso e tráfico de drogas nos Estados Unidos e em outros países ocidentais aumentaram o valor das substâncias ilícitas. Isso incentivou ainda mais sua produção nos países andinos, especialmente Colômbia, Peru e Bolívia, onde os cultivos de coca ganharam grande escala.

“A lucratividade da cocaína transformou-se em um poderoso motor econômico em regiões abandonadas pelo Estado” (THOUMI, 2003, p. 63).

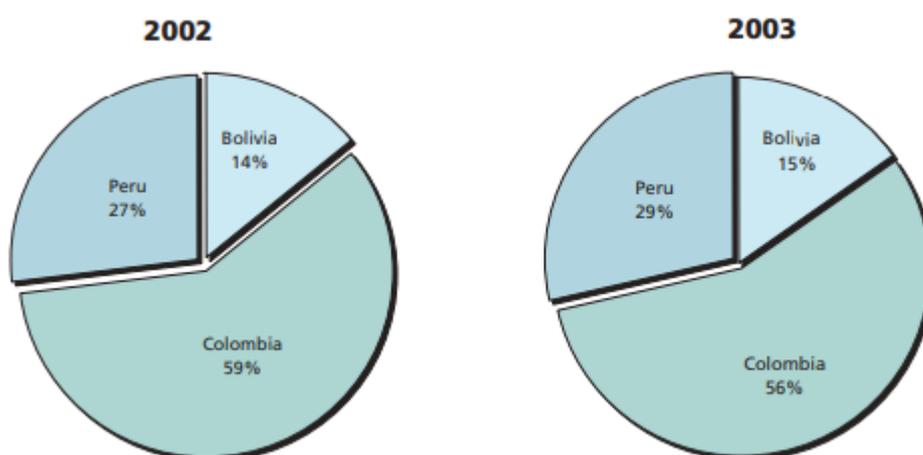
No início da década de 80, o narcotráfico figurava como o empreendimento transnacional mais destacado dos países da América Latina. No final do milênio, a Organização das Nações Unidas (ONU) chegou a estimar que a indústria das drogas gera um movimento de capital de cerca de 400 bilhões de dólares anuais, cifra equivalente “a quase o dobro dos rendimentos da indústria farmacêutica mundial, ou cerca de dez vezes o total de toda a assistência oficial para o desenvolvimento”. Programa das Nações Unidas para a Fiscalização Internacional de Drogas. *Enfrentando o Desafio*. Bogotá: UNDCP, 1998, p. 3. (nossa tradução)

Adicionalmente, a rentabilidade do cultivo da coca é um elemento decisivo. De acordo com a Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia (2009), os agricultores pobres frequentemente recorrem ao cultivo da coca porque ele oferece retornos econômicos significativamente superiores aos de cultivos legais como café ou milho.

2.2 Principais Produtores

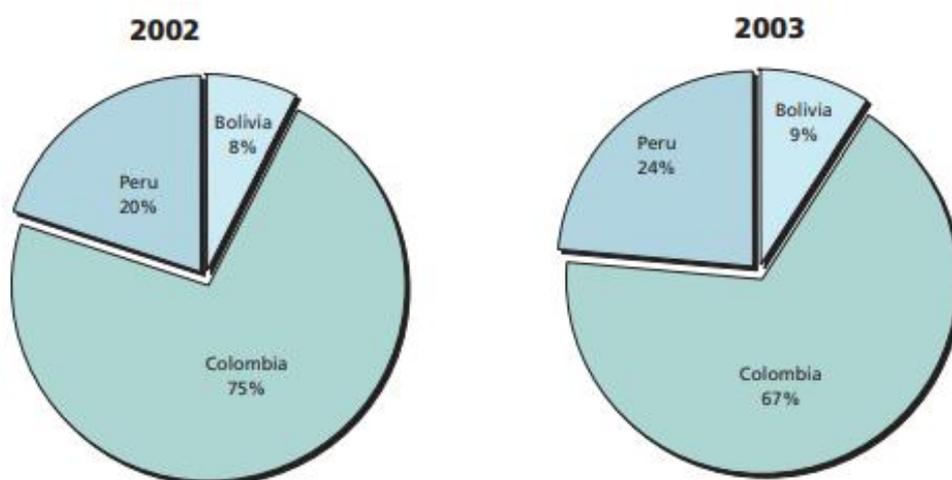
Desde décadas anteriores, o mercado das da cocaína e maconha se consolidou nos países andinos. De acordo com os dados da UNODC (2004), a Colômbia se consolidou como o principal produtor global de coca, tanto em área plantada quanto em produção potencial de cocaína. Os gráficos abaixo, extraídos do *World Drug Report 2004*, ilustram essa concentração:

Figura 1 – Cultivo de coca (em % do total global)



Fonte: *World Drug Report* ONUDC (2004)

Figura 2 - Produção potencial de cocaína (em % do total global)



Fonte: *World Drug Report* ONUDC (2004)

Conforme demonstrado na Figura 2, a Colômbia não apenas liderava o cultivo de arbusto de coca, como também concentrava a maior parte da produção potencial de cocaína do mundo no início dos anos 2000. Em 2002, o país foi responsável por 75% de toda a produção global estimada, seguido por Peru (20%) e Bolívia (8%). Em 2003, ainda que o percentual colombiano tenha caído para 67%, ele permaneceu como o maior produtor mundial, enquanto o Peru aumentou sua participação para 24% e a Bolívia para 9%.

Figura 3 - Produção potencial de cocaína (2010–2023)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Bolivia (Plurinational State of) ^a
Colombia ^{b,c,d,e}	488	424	384	333	290	368	499	810	1058	1120	1137	1228	1400	1738	2664
Peru ^a
Total ^{b,c,d}	1.188	1.134	1.090	997	902	869	977	1.335	1.647	1.723	1.784	1.980	2.304	2.757	3.708

Fonte: *World Drug Report* ONUDC (2024)

Mesmo após décadas de políticas de combate ao narcotráfico e de cooperação internacional, os principais países produtores de cocaína continuam sendo os mesmos: Colômbia, Peru e Bolívia. De acordo com dados recentes da UNODC (2024), a Colômbia

permanece como o epicentro da produção global, com 2.664 toneladas estimadas de cocaína pura em 2023, um salto expressivo em relação às 488 toneladas registradas em 2010. Esse aumento reflete não apenas a persistência estrutural da economia ilegal nas regiões andinas, mas também a incapacidade das estratégias de erradicação forçada e militarização do combate ao tráfico de gerar resultados sustentáveis. Com isso, a América do Sul mantém sua posição como principal fornecedora mundial de cocaína.

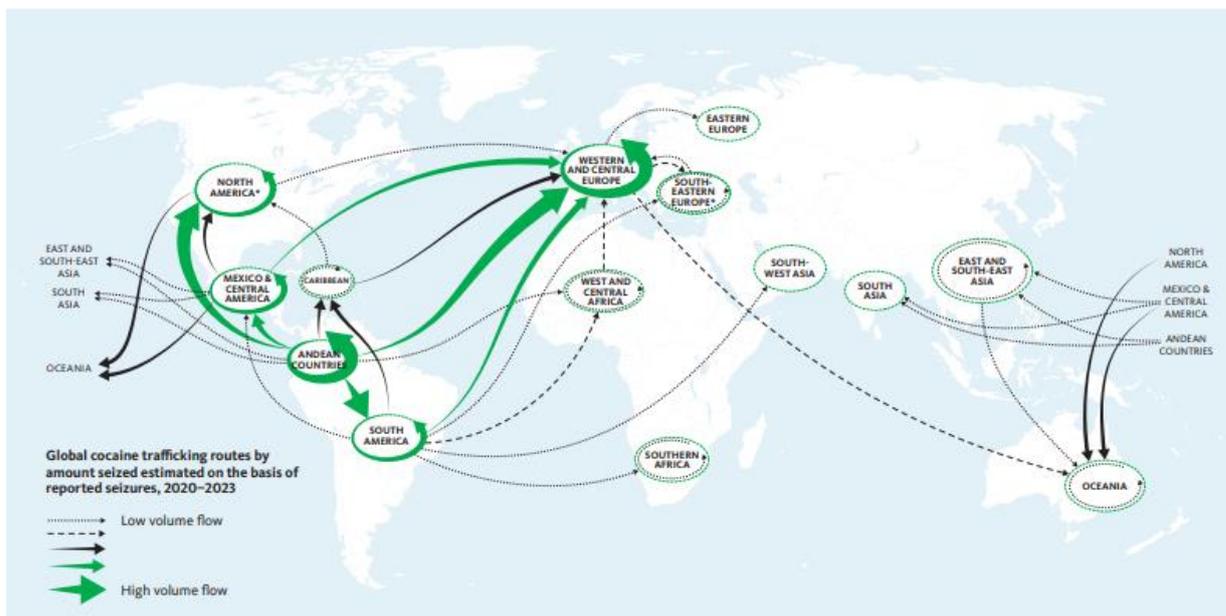
2.3 Principais mercados consumidores

Historicamente, os Estados Unidos foram o principal mercado consumidor de cocaína no mundo. Desde a década de 1970, o país registrou níveis elevados de uso da substância, impulsionados por fatores como o retorno de veteranos da Guerra do Vietnã, o crescimento das cidades e a cultura do consumo recreativo. Entre os anos de 1980 e 1990, houve uma alta demanda nos Estados Unidos da América, sendo Nova York uma das principais cidades afetadas pela “epidemia do crack”. Segundo Julia Braun, jornalista da BBC News, “a realidade era algo parecida com a que enfrentam atualmente os habitantes da Cracolândia, localizada no centro de São Paulo.” A droga estava disponível por meio de traficantes que se encontravam por toda a cidade em prédios abandonados, conhecidos como “*crack houses*”, a preços acessíveis e não exigia muita preparação para ser fumada, já que era vendida em tamanhos pequenos

No início dos anos 2000, mais de 60% da cocaína produzida na América do Sul era destinada ao mercado norte-americano, que absorvia a maior parte da oferta mundial, mesmo com políticas de repressão intensas como o “*War on Drugs*” (UNODC, 2004, p. 78). Ao mesmo tempo, países da Europa Ocidental, como Reino Unido, Espanha, Itália e Países Baixos, passaram a emergir como importantes polos de consumo, apresentando taxas crescentes de prevalência entre jovens adultos, embora ainda inferiores às dos EUA na época (UNODC, 2004, p. 81–83).

Nas últimas duas décadas, contudo, o cenário se diversificou. Embora os EUA continuem entre os maiores consumidores, houve uma forte expansão do consumo na Europa e o surgimento de mercados emergentes em regiões como África Ocidental, Brasil e outros países da América Latina. De acordo com o *World Drug Report 2024*, a Europa representa hoje cerca de 30% da demanda global de cocaína, e tem apresentado uma tendência de crescimento sustentado, com destaque para países como Bélgica, França e Alemanha, além dos tradicionais consumidores como Espanha e Reino Unido. Além disso, o Brasil vem se consolidando como um mercado de consumo relevante, além de sua função estratégica como rota de exportação para a Europa via África (UNODC, 2024). Essa redistribuição da demanda reflete a globalização das redes de tráfico e o fortalecimento de novas rotas transatlânticas.

Figura 4: Principais fluxos de tráfico de cocaína, conforme descrito em apreensões (2020-2023)



Fonte: *World Drug Report* ONUDC (2024)

A análise das rotas globais de tráfico de cocaína entre 2020 e 2023, conforme descrita pela ONUDC (2024), revela uma mudança significativa na geopolítica das drogas. O gráfico mostra que a Europa Ocidental e Central, ao lado da América do Norte, segue como um dos principais destinos da cocaína andina, com fluxos de alto volume partindo da América do Sul, especialmente da Colômbia, Peru e Bolívia, através de rotas que cruzam o Caribe, América Central, Brasil e África Ocidental. O mapa também aponta para a emergência de mercados secundários, como Oceania, África do Sul, Ásia Oriental e Sudeste Asiático, sinalizando a diversificação do consumo e a sofisticação das redes transnacionais de tráfico. A centralidade do Brasil como rota estratégica para a Europa é evidente, consolidando o país como ponto chave de trânsito e também de consumo interno crescente. Com isso, conclui-se que, embora os países produtores se mantenham estáveis, os mercados consumidores tornaram-se mais globais, integrados e resilientes, exigindo respostas igualmente coordenadas e transnacionais.

2.4 O narcotráfico

O narcotráfico tem gerado consequências devastadoras para os países produtores, de trânsito e consumidores, atingindo desde a economia e a governança até os níveis mais básicos da vida social. Segundo a Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia (2009), o crescimento da economia ilícita das drogas enfraqueceu instituições democráticas, promoveu a corrupção generalizada e agravou a violência urbana e rural, sobretudo em países como Colômbia, México e, mais recentemente, o Brasil. Em muitas regiões, o

narcotráfico tornou-se uma forma alternativa de governança local, ocupando espaços onde o Estado é ausente ou ineficaz (BAGLEY, 2012).

Do ponto de vista econômico, o impacto é ambivalente: por um lado, o tráfico de drogas injeta recursos em comunidades marginalizadas, gera empregos informais e movimentada cadeias produtivas locais. Por outro, essa inserção ocorre fora da legalidade, sem garantias de direitos, com altíssimo risco de violência, criminalização e instabilidade. De acordo com a UNODC (2023), os lucros da economia da cocaína mundial ultrapassam US\$ 300 bilhões anuais, mas são altamente concentrados nos elos finais da cadeia (tráfico internacional e distribuição em países ricos), enquanto os pequenos agricultores e comunidades locais recebem uma fração ínfima desses valores.

As consequências sociais também são dramáticas. O narcotráfico está diretamente ligado ao aumento das taxas de homicídio, à militarização de territórios, ao recrutamento de crianças e adolescentes por facções, e à erosão do tecido social. A CEPAL (2022) alerta que as zonas com forte presença de cartéis ou grupos armados ligados ao tráfico apresentam baixos índices de desenvolvimento humano, altas taxas de evasão escolar e déficit de serviços públicos. No Brasil, por exemplo, a presença do narcotráfico em áreas urbanas periféricas consolidou dinâmicas de dominação armada, controle territorial e guerra entre facções, com efeitos severos sobre a juventude negra e pobre.

Além disso, o narcotráfico tem impactos políticos diretos: eleições cooptadas, partidos financiados por dinheiro ilícito, governantes ameaçados ou coniventes. Como destaca Francisco Thoumi (2003), a institucionalização da economia da droga em algumas regiões da América Latina representa uma forma de captura do Estado, em que o aparato público é moldado para proteger ou se beneficiar da economia ilegal. Essa simbiose entre crime e política mina a democracia, bloqueia reformas e perpetua ciclos de desigualdade.

A transnacionalidade¹ do narcotráfico evidencia a insuficiência de respostas individuais por parte dos Estados e sublinha a necessidade de estratégias conjuntas entre os países. Sem uma coordenação efetiva e um replanejamento das políticas de combate ao narcotráfico, a América Latina continuará presa em um círculo vicioso, onde a repressão ao tráfico de drogas não resolve suas causas estruturais, mas, ao contrário, as agrava.

¹ Transnacionalidade refere-se à capacidade de uma atividade, neste caso o narcotráfico, de operar além das fronteiras nacionais, envolvendo múltiplos países em suas diversas etapas, desde a produção até a distribuição e o consumo. Esse conceito implica a interconexão de redes criminosas que transcendem os limites estatais, desafiando a soberania dos países e exigindo respostas coordenadas em nível internacional.

2.5 O debate proposto

A América Latina segue ocupando o epicentro da economia mundial das drogas, seja como principal produtora de entorpecentes ilícitos notadamente cocaína e cannabis, ou como região estratégica para o escoamento dessas substâncias rumo aos grandes mercados consumidores. A proposta do comitê é justamente refletir sobre os principais desafios enfrentados pela região, considerando os impactos do narcotráfico na segurança, na democracia, na economia e na vida cotidiana das populações locais. Apesar de décadas de políticas repressivas, a produção e a circulação das drogas não cessaram, mas se adaptaram, muitas vezes com ainda mais eficiência.

Nas últimas décadas, políticas como a erradicação forçada de cultivos ilícitos, a militarização das fronteiras, e a criminalização severa dos usuários têm sido a tônica do combate às drogas, inspiradas sobretudo no modelo norte-americano de "guerra às drogas". No entanto, segundo a Comissão Global sobre Política de Drogas (2011), essas estratégias falharam em seus principais objetivos e geraram consequências desastrosas: aumento da violência armada, superlotação das prisões, fortalecimento do crime organizado e erosão das instituições democráticas. A UNODC também reconhece em seus relatórios recentes que “o uso excessivo da força estatal e a criminalização de comunidades marginalizadas têm efeitos colaterais severos” (UNODC, 2023).

A Colômbia, por exemplo, país historicamente associado à produção de cocaína, registrou em 2022 o recorde de 230 mil hectares de folha de coca cultivados, segundo a própria UNODC (2023) (área superior à da cidade de São Paulo). Esse dado demonstra que, apesar de décadas de cooperação com os Estados Unidos, como no Plano Colômbia, a lógica do narcotráfico não foi desmontada; pelo contrário, ela foi reconfigurada e continua profundamente associada a estruturas políticas e territoriais locais, inclusive fomentando grupos armados e prolongando conflitos internos (THOUMI, 2003).

O México exemplifica a gravidade do vínculo entre narcotráfico e captura do Estado. Os grandes cartéis não apenas operam redes transnacionais de tráfico, mas também financiam campanhas eleitorais, corrompem autoridades e infiltram instituições. Como observa Bruce Bagley (2012), trata-se de um “estado informal paralelo” que impõe regras de convivência e justiça própria. Esse cenário explica os elevados índices de homicídio, o desaparecimento sistemático de pessoas e a fragilidade do sistema judicial em diversos estados mexicanos.

O Equador, outrora considerado uma exceção no conflito armado regional, também tem enfrentado um crescimento alarmante da violência relacionada ao tráfico. Após o desmonte de instituições-chave como o Conselho Nacional de Entorpecentes e os Ministérios da Justiça

e Segurança, o país perdeu capacidade de resposta e viu o sistema penitenciário colapsar, permitindo a consolidação de facções criminais com conexões internacionais. Entre 2019 e 2023, os homicídios subiram mais de 500%, conforme dados do próprio governo equatoriano (El País, 2024).

No Brasil, o modelo de enfrentamento ao tráfico está centrado na repressão e no encarceramento em massa, especialmente de jovens negros e periféricos. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), mais de 40% dos presos por tráfico foram detidos com menos de 100g de drogas, o que indica uma criminalização do pequeno comércio e do consumo, muitas vezes confundidos de forma seletiva por critérios raciais e sociais. Essa política alimenta o ciclo de recrutamento das facções, que controlam o sistema prisional e expandem sua atuação para dentro e fora das prisões.

Outros países, como Cuba, optaram por uma política de tolerância zero, com vigilância rígida e penas severas, mantendo-se à margem dos grandes fluxos do narcotráfico. No entanto, como observa Leonardo Coutinho (2018), há evidências históricas de que o regime castrista utilizou o tráfico como instrumento de financiamento da luta revolucionária latino-americana durante a Guerra Fria, uma contradição que marca a complexidade das relações entre política e drogas na região.

Diante desse cenário, cresce o debate sobre novas abordagens que combinem redução de danos, descriminalização, desenvolvimento sustentável e justiça social. Países como Uruguai, Portugal e, mais recentemente, partes dos EUA e Canadá, vêm adotando políticas alternativas baseadas na regulação e no tratamento de usuários como questão de saúde pública. Na América Latina, o desafio é ainda maior: é preciso enfrentar estruturas econômicas desiguais, fortalecer instituições frágeis e reduzir a dependência das populações rurais do cultivo ilícito, com políticas de inclusão e investimento real em alternativas viáveis.

Portanto, o combate ao narcotráfico não pode se restringir a soluções unilaterais e militarizadas. Como destaca a Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia (2009), "é necessário romper com o paradigma da guerra às drogas e avançar para uma estratégia baseada na coesão social, na cooperação internacional e na responsabilidade compartilhada". Espera-se que, neste comitê, os delegados proponham soluções inovadoras, realistas e humanas, reconhecendo a dimensão estrutural do problema e a urgência de respostas integradas reconhecendo soluções que equilibrem segurança, saúde pública e desenvolvimento econômico por meio da cooperação internacional, para assim construir um futuro mais seguro e justo para todos.

3 Apresentação do Comitê

Neste primeiro momento, vamos apresentar a Cúpula das Américas. O objetivo é entender como essas reuniões são realizadas, quem participa e por que todas as posições das delegações presentes são igualmente importantes. O tema que discutiremos é o narcotráfico, um problema global que afeta especialmente as Américas. É fundamental analisar seus desafios e buscar soluções em conjunto.

A Cúpula das Américas reúne líderes de países-chave para o tema selecionado, bem como representantes da América do Norte, América do Sul, América Central e do Caribe, com o objetivo de fomentar a cooperação em prol do crescimento econômico inclusivo e da prosperidade regional, baseados no respeito à democracia e às liberdades fundamentais. Além dos chefes de Estado, o evento conta com a participação de representantes da sociedade civil, do setor empresarial, de organizações internacionais e de outros atores relevantes, que analisam os desafios e elaboram planos de ação alinhados com a temática de cada edição.

Cada cúpula se concentra em áreas fundamentais de cooperação, como a promoção da democracia, dos direitos humanos, da segurança regional e da competitividade econômica. Nesta simulação, abordaremos especificamente o combate ao tráfico ilícito.

A proposta de resolução não será apenas um documento, mas sim um verdadeiro compromisso entre todos os atores envolvidos, incluindo nações, sociedade civil, empresas e cidadãos. O plano de ação é essencial e urgente, visto que o narcotráfico continua afetando processos eleitorais, impondo as regras do crime, desestabilizando democracias e gerando graves violações de direitos humanos, além de alimentar uma cadeia de crises políticas, sociais e econômicas. A colaboração e a cooperação são fundamentais para construirmos juntos soluções integradas e eficazes.

Diante dessas informações, é fundamental que os delegados proponham resoluções efetivas para enfrentar o problema do narcotráfico na atualidade, considerando todas as suas implicações políticas, econômicas e sociais. Para isso, o comitê contará com a participação de 39 delegações, compostas por países membros, instituições internacionais, membros observadores e personalidades-chave. Cada delegação será representada por dois participantes, garantindo assim um debate mais dinâmico e uma maior colaboração entre os envolvidos.

O formato de moderação seguirá o modelo tradicional, no qual as delegações que desejarem fazer uso da palavra deverão levantar suas placas para serem incluídas na lista de oradores.

4. Principais Posicionamentos do comitê

Agora, apresentamos os principais posicionamentos do nosso comitê. Neste Guia de Estudos, oferecemos uma visão geral, mas, para que cada delegação possa definir sua postura de maneira mais precisa, é fundamental consultar o dossiê da sua delegação, disponível em nosso site. Além disso, compartilharemos publicações e atualizações no Instagram, por isso, convidamos todos a nos seguir e se manter informados.

4.1. Países latino americanos

Os países latino-americanos têm um papel central no debate sobre as drogas, já que a região tem sido historicamente um importante centro de produção e tráfico de substâncias ilícitas. Além disso, as políticas internacionais de repressão ao narcotráfico tiveram um impacto significativo, gerando desafios como o aumento da violência, o fortalecimento do crime organizado e crises sociais. A militarização e o uso de forças de segurança em determinadas áreas intensificaram esses problemas, transformando a questão das drogas em um tema tanto de segurança pública quanto de saúde.

As estratégias adotadas pelos países da região variam amplamente. Alguns mantêm uma abordagem mais rígida, baseada na repressão e na criminalização do consumo e da posse, com o objetivo de reduzir a circulação de drogas por meio do uso das forças policiais e militares. Outros implementaram políticas mais flexíveis, permitindo o consumo pessoal de certas substâncias ou aplicando medidas de descriminalização. Essas diferenças refletem não apenas fatores culturais e históricos, mas também as pressões políticas internas e externas que cada país enfrenta.

Nos últimos anos, tem havido um movimento crescente em busca de alternativas às políticas tradicionais. Algumas nações começaram a experimentar modelos de regulação, controle estatal e redução de danos, argumentando que a repressão, por si só, não tem sido eficaz para enfrentar os problemas associados ao tráfico e ao consumo. Esse debate continua evoluindo e levanta questões sobre os efeitos da legalização, os desafios do controle governamental e as possíveis mudanças na dinâmica do narcotráfico na região.

4.2. Principais Mercados consumidores

Embora a América Latina concentre grande parte da produção e do trânsito internacional de drogas, os principais mercados consumidores estão localizados, em sua maioria, nos países do Norte Global, especialmente na América do Norte e na Europa Ocidental. A demanda nesses países é um dos principais motores do sistema internacional de narcotráfico, tornando-os atores centrais no debate sobre o controle de drogas e suas consequências geopolíticas, sociais e de segurança.

Os Estados Unidos continuam sendo o maior mercado consumidor de drogas ilícitas do mundo. O país apresenta altas taxas de uso de cocaína, maconha, metanfetaminas e, mais recentemente, opioides sintéticos como o fentanil. De acordo com o *World Drug Report 2024*, publicado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), aproximadamente 16% da população estadunidense entre 15 e 64 anos usou alguma substância ilícita no último ano. O uso problemático de opioides gerou uma crise de saúde pública nos Estados Unidos, com impactos crescentes sobre o sistema de saúde, segurança pública e políticas de justiça criminal.

Na Europa Ocidental, o consumo de drogas também é significativo, especialmente de cocaína, cannabis, ecstasy e heroína. Países como Reino Unido, França, Alemanha, Espanha e Itália compõem os principais polos consumidores do continente. O *European Drug Report 2024*, produzido pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (EMCDDA), aponta que cerca de 83 milhões de adultos na União Europeia – quase 30% da população – já fizeram uso de drogas ilícitas ao menos uma vez na vida. A rota atlântica da cocaína, que liga a América do Sul à Europa via África Ocidental, tem sido uma via crescente de entrada da droga no continente.

Além desses centros, outros países também apresentam relevância como mercados consumidores. O Canadá, por exemplo, apesar de ter adotado políticas mais liberais em relação à cannabis, enfrenta uma grave crise de saúde com os opioides. A Austrália e a Nova Zelândia têm índices elevados de consumo de metanfetaminas e ecstasy. Na Ásia Central e na Rússia, o consumo de heroína proveniente do Afeganistão segue sendo uma preocupação. Já o Brasil, embora tradicionalmente tratado como país de trânsito, também se consolidou como mercado consumidor, sobretudo de cocaína e crack, com impactos diretos nas periferias urbanas e no sistema prisional.

A persistente demanda por drogas nos países consumidores é, portanto, um dos principais fatores que sustentam a cadeia global do narcotráfico. Com isso, fica evidente que políticas focadas apenas na repressão da oferta, sem estratégias eficazes de redução da demanda, prevenção e tratamento, tendem a ter efeitos limitados. A complexidade do tema exige abordagens articuladas e multilaterais, que reconheçam o papel de todos os elos dessa cadeia.

4.3. Organizações Internacionais

O enfrentamento global ao problema das drogas depende fortemente da atuação de organizações internacionais, que desempenham um papel estratégico na articulação entre

países, na produção de conhecimento técnico e na construção de consensos multilaterais. Em um cenário em que o tráfico de drogas ultrapassa fronteiras e envolve redes transnacionais, a cooperação internacional é não apenas desejável, mas essencial.

Essas organizações funcionam como instâncias de coordenação que ajudam a padronizar práticas, consolidar tratados internacionais e monitorar o cumprimento de compromissos assumidos pelos Estados. Além disso, são responsáveis por produzir dados confiáveis e diagnósticos globais sobre as tendências de produção, tráfico e consumo, o que permite a formulação de políticas públicas mais eficazes e baseadas em evidências. Sem esse tipo de informação centralizada e comparável, os países enfrentariam dificuldades ainda maiores para responder de forma coordenada ao narcotráfico.

Outro aspecto fundamental é a capacidade dessas instituições de promover a cooperação técnica e o intercâmbio de boas práticas entre os países. Isso inclui desde o apoio na elaboração de legislações nacionais até a implementação de políticas voltadas à prevenção, ao tratamento e à redução de danos. Também é relevante sua atuação na mediação de debates sensíveis, como a descriminalização do uso de drogas, a regulação de substâncias e a inclusão da perspectiva de saúde pública no lugar da repressão penal.

Além disso, essas organizações contribuem para a construção de um arcabouço normativo internacional que regula tanto o uso de substâncias quanto a repressão ao tráfico. Embora esse marco legal internacional tenha sido por muito tempo orientado por uma lógica proibicionista, há um movimento crescente, inclusive dentro desses próprios espaços, em direção a abordagens mais equilibradas, que consideram os direitos humanos, a saúde pública e os contextos socioculturais de cada país.

Por fim, as organizações internacionais também desempenham um papel de pressão política e de vigilância, acompanhando como os Estados lidam com o problema das drogas e chamando atenção para abusos, violações de direitos ou políticas ineficazes. Em contextos marcados por desigualdade social, criminalização seletiva e violência institucional, essa atuação pode representar um importante contrapeso.

Em resumo, o enfrentamento ao tráfico e ao consumo de drogas em escala global seria inviável sem o papel articulador, técnico e normativo exercido por essas organizações. Sua presença garante um mínimo de coesão nas respostas internacionais e abre espaço para o debate sobre caminhos mais eficazes e humanos no tratamento da questão.

4.4 Países de rota

No sistema global de drogas ilícitas, os países que se localizam entre os centros produtores e os grandes mercados consumidores assumem um papel central como territórios de trânsito, ou seja, como rotas do narcotráfico. Essas nações, embora nem sempre envolvidas diretamente na produção em larga escala ou no consumo expressivo, tornam-se fundamentais para o funcionamento das redes criminosas transnacionais. Sua posição geográfica, infraestrutura, grau de controle institucional e vulnerabilidades sociais e políticas são elementos que as tornam estratégicas para o escoamento de substâncias ilícitas.

Na América Latina, diversos países ocupam esse papel de rota. Territórios com grandes extensões de fronteira terrestre, sistemas portuários e aeroportuários frágeis, ou presença limitada do Estado em determinadas regiões, tornam-se especialmente suscetíveis à atuação de organizações criminosas. Nessas zonas, é comum observar uma combinação de corrupção, violência armada, precariedade institucional e alianças entre grupos locais e cartéis internacionais.

A localização entre regiões andinas produtoras e os grandes centros consumidores da América do Norte e da Europa faz com que certas nações latino americanas operem como corredores logísticos do tráfico. Além das tradicionais rotas terrestres, marítimas e fluviais, o narcotráfico tem se sofisticado, utilizando inclusive voos comerciais, rotas aéreas clandestinas e tecnologias para ocultação em contêineres de exportação. Muitas vezes, essas rotas se adaptam conforme aumenta a repressão em determinados corredores, deslocando o fluxo para áreas menos monitoradas.

É importante destacar que a condição de país de rota não é estática, e pode variar ao longo do tempo de acordo com mudanças geopolíticas, políticas internas e transformações nas cadeias logísticas do crime. A pressão internacional para repressão ao tráfico também tende a empurrar essas rotas para países com menos capacidade de controle ou com instabilidade política, intensificando a sobrecarga sobre suas instituições.

As consequências para os países de rota vão muito além do simples trânsito de drogas. Muitas vezes, essas nações vivenciam aumentos expressivos na violência, no fortalecimento de redes criminosas locais, na corrupção de agentes públicos e na militarização de territórios. A exposição prolongada à lógica do narcotráfico pode corroer a confiança social e os fundamentos do Estado de direito, gerando efeitos duradouros mesmo após mudanças nas rotas utilizadas.

Portanto, compreender o papel dos países de rota é essencial para uma análise ampla e realista das dinâmicas internacionais das drogas. Esses territórios não devem ser vistos

apenas como pontos de passagem, mas como espaços impactados diretamente pelas políticas globais sobre drogas, muitas vezes sem receber os apoios necessários para lidar com os efeitos dessa posição estratégica.

5. Questões relevantes para o debate

- **Impactos sociais e econômicos:** Impacto negativo no desenvolvimento econômico, especialmente nas regiões dominadas pelo tráfico; uso de recursos públicos em estratégias de repressão;
- **Alternativas à Guerra contra as Drogas:** Alguns países estão optando pela descriminalização ou legalização de determinadas substâncias, com o objetivo de reduzir a violência e gerar receita para o Estado, em vez de aplicar uma regulação estritamente punitiva;
- **Desestabilização das Democracias:** O papel do narcotráfico no enfraquecimento das instituições governamentais, alimentando conflitos e enfraquecendo os governos nos países latino-americanos;
- **Desafios para a Saúde Pública:** Dependência química e doenças associadas;
- **Violência e Corrupção:** Homicídios, conflitos armados, ataques a autoridades por parte do narcotráfico, que afetam a segurança pública e a confiança nas instituições.
- **Fortalecimento do Crime Organizado:** impulsionado pelos lucros do narcotráfico, compromete instituições democráticas, amplia a violência e cria zonas de poder paralelo.

6. REFERÊNCIAS

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Análise sobre integração regional nas Américas*. Santiago: CEPAL, 2025. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/d9fb6959-e5f8-4e8a-b1f7-87d143dcd045/content>. Acesso em: 10 fev. 2025.

COUTINHO, L. **Os nossos vizinhos cocaleiros** | Leonardo Coutinho. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/leonardo-coutinho/os-nossos-vizinhos-cocaleiros/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

De sala para uso de drogas a “tolerância zero”: como cidades lidaram com “cracolândias” pelo mundo. BBC News Brasil, [s.d.]. Acesso em: 19 nov. 2024.

Drogas: marco legal. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html>. Acesso em: 17 nov. 2024.

ESQUINAS, R.; PEREIRA, M. R. M. **América Latina e as drogas: por dentro da guerra contra o narcotráfico.** Disponível em: <https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/politica/internacional/america-latina-e-as-drogas-por-dentro-da-guerra-contra-o-narcotrafico/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

GOVERNO DA COLÔMBIA. *Portal Oficial do Governo da Colômbia*. Disponível em: <https://www.gov.co/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS. *North American Free Trade Agreement (NAFTA)*. Federal Register, 2025. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/north-american-free-trade-agreement-nafta->. Acesso em: 10 fev. 2025.

Los tratados de fiscalización internacional de drogas NACIONES UNIDAS. [s.l.: s.n.]. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/commissions/CND/Int_Drug_Control_Conventions/Ebook/The_International_Drug_Control_Conventions_S.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

Marcos Kaplan. **El Estado latinoamericano y el narcotráfico.** México: Editorial Porrúa-Instituto Nacional de Ciencias Penales, 1991, p. 157.

Narcotráfico na América Latina | Educabras. Disponível em: <https://www.educabras.com/aula/narcotrafico-na-america-latina>. Acesso em: 18 nov. 2024.

Nona Cúpula das Américas - United States Department of State. Disponível em: <https://www.state.gov/cupula-das-americas-about-pt/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

O porto na Europa que virou “paraíso” dos narcotraficantes da América Latina. BBC NEWS Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64321920>. Acesso: 23 de nov de 2024.

O TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS E A INFLUÊNCIA DO CAPITALISMO. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/revistas/07/r07a07.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD)*. Disponível em: https://www.oas.org/udse/cic/espanol/web_cic/1-cuerpo.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.

REUTERS/BRASIL ONLINE, , E. **ONU: mercado de cocaína se desloca para Europa, prejudica África.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/onu-mercado-de-cocaina-se-desloca-para-europa-prejudica-africa-2988830>>. Acesso em: 22 nov. 2024.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL (RBPI). *A integração econômica nas Américas: desafios e oportunidades*. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73291999000200006>. Acesso em: 10 fev. 2025.

RODRIGUES, T. **Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra.** Contexto Internacional, v. 34, n. 1, p. 9–41, 1 jun. 2012.

RUTHE, A. **Guerra às drogas: origem, características e consequências!** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/guerra-as-drogas/>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

SALAZAR, Luis Suárez. **Conflictos sociales y políticos generados por la droga, em: Nueva Sociedad, Caracas, núm. 102** (julio-agosto 1989), p. 107-119.

SENADO FEDERAL (BRASIL). *Acordos internacionais e integração regional*. Brasília: Senado Federal, 2025. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/115/13.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SUMMITS OF THE AMERICAS SECRETARIAT. *Summit of the Americas Process*. Disponível em: <https://www.summit-americas.org/sas/defaults.html>. Acesso em: 10 fev. 2025.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). *World Drug Report 2010: The Global Cocaine Market*. Viena: UNODC, 2010. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/wdr/WDR_2010/1.3_The_global_cocaine_market.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

Universidad Nacional Autónoma de México. Santana, Adalberto. **A globalização do narcotráfico**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/NKWcy3jTMdydYHs4TKKFVmv/> . Acesso em: 20 nov. 2024.

UNODC Brasil e Cone Sul. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/index.html>>.

7. Tabela de Delegações

Afeganistão
Argentina
Banco Mundial
Bélgica
BID
Bolívia
Brasil
Canadá
CAOM-N
China
Colômbia
Costa Rica
Drug Enforcement Administration (DEA)
El salvador
Emirados Árabes Unidos
Espanha
Estados Unidos da América
França
Global Commission on Drug Policy
Holanda
Índia
INTERPOL
Itália
Juan Manuel Santos - Presidente
MAOC - N (Maritime analysis and Operations Centre)
Marrocos
México
Nigeria
OEA
Organização Mundial da Saúde
Panamá
Paraguai
Peru
Portugal

Reino Unido
Trinidad e Tobago
UNODOC
Uruguai
Venezuela

